

LEI Nº 306/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

“Autoriza o Poder Executivo a repassar aos servidores, contratados e conveniados os valores provenientes da União com intuito de complementar os recursos municipais previstos em orçamento para pagar o piso salarial dos profissionais da enfermagem, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar aos seus servidores, contratados e conveniados os valores provenientes da União com intuito de complementar os recursos municipais previstos em orçamento e pagar o piso salarial dos profissionais da enfermagem, obedecendo ao disposto na Lei Federal no 14.434, de 04 de agosto de 2022 e Emenda Constitucional no 127, de 22 de dezembro de 2022, conforme Portaria GM/MS no 1.135, de 16 de agosto de 2023, decorrente de interpretação do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º - Para efeitos desta lei, consideram-se profissionais da enfermagem aqueles que exercem as atividades de Enfermagem, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira.

§ 2º - Fica vinculado o pagamento do incentivo financeiro criado no caput do art. 1º, desta Lei Municipal, à liberação dos recursos pelo Ministério da Saúde.

§ 3º - Caso haja diferenças a compensar, o “acerto de contas” ocorrerá, após os créditos das transferências da assistência financeira complementar.

§ 4º - Caso haja a suspensão e/ou extinção da assistência financeira, por parte da União, fica o município desobrigado do pagamento do incentivo criado no caput do art. 1º, desta Lei Municipal, destinado ao complemento do Piso Nacional da Enfermagem.

§ 5º - A compensação descrita no caput do art. 1º, desta Lei Municipal é destinado aos profissionais com jornada de 40 horas semanais, sendo devido aos profissionais

com jornada de 20 horas semanais o correspondente a 50% do valor pago aos profissionais com jornada de 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, a abrir e/ou criar no Orçamento vigente créditos adicionais, no montante necessário à adequação e aplicação, desta Lei Municipal.

Art. 3º - Constitui recursos para a execução desta Lei, o excesso de arrecadação das transferências da União, a título de assistência financeira complementar, destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, de que trata a Lei no 14.434/2022.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, caso seja necessário o crédito acima até o limite estabelecido na LOA/2023.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ/PI,
20 de setembro de 2023.

JOSIMAR JOAO DE
OLIVEIRA:65464222391

Assinado de forma digital por
JOSIMAR JOAO DE
OLIVEIRA:65464222391
Dados: 2023.09.20 12:14:53 -03'00'

Josimar João de Oliveira
Prefeito Municipal
CPF:654.642.223-91

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei, no Gabinete do Prefeito de São Francisco de Assis do Piauí, aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

Id:0CC5523A3FF4FEDF



GOVERNO MUNICIPAL
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ
Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 022/2023-GAB.

Dispensa de Licitação nº: 004/2023.

Origem: Processo Administrativo nº 0490/2023.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ - PI.

Contratada: VERMELHA CONSULTORIA LTDA.

CNPJ: 33.535.050/0001-22.

Objeto: Elaboração do Projeto Executivo de Construção de Pavimentação Asfáltica em Vias Públicas no Município de São Gonçalo do Piauí, conforme Convênio nº 919675/2021 firmado com a CODEVASF.

Valor Global: R\$ 8.345,50 (oito mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Fonte de Recursos: CONVÊNIO/TESOURO MUNICIPAL.

Vigência: 180 (cento e oitenta) dias.

Data da Assinatura: 11 de maio de 2023.

São Gonçalo do Piauí (PI), 11 de maio de 2023.

Publique-se

Luís de Sousa Ribeiro Junior
Prefeito Municipal

Id:0471B1680EB8FF67



ESTADO DO PIAUÍ
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0716/2023

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras de Construção de Pavimentação em Paralelepípedo de Vias Públicas na Sede do Município de São Gonçalo do Piauí.

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO

O procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 003/2023 de que trata o Processo Administrativo Nº 0716/2023, com o objetivo da seleção da melhor proposta para a Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras de Construção de Pavimentação em Paralelepípedo de Vias Públicas na Sede do Município de São Gonçalo do Piauí. Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente, consoante parecer da Assessoria Jurídica deste Município.

Diante de exposto, a Comissão Permanente de Licitação - CPL declara para levar ao conhecimento da autoridade competente para fins de homologação e posterior conhecimento dos interessados, o resultado da licitação em referência, **ADJUDICANDO** o objeto do procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 003/2023 de que trata o Processo Administrativo Nº 0716/2023 a Empresa RUAN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.707.356/0001-58, que se sagrou vencedora do certame com o valor global de R\$ 860.551,16 (oitocentos e sessenta mil, quinhentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos), para Execução das Obras de Construção de Pavimentação em Paralelepípedo de Vias Públicas na Sede do Município de São Gonçalo do Piauí, conforme consta na proposta financeira apresentada pela citada licitante.

São Gonçalo do Piauí (PI), 15 de setembro de 2023.

Suellen Pires de Sousa
Presidente da CPL

Id:0471B1680EB903FD



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ
CNPJ: 01.612.678/0001-98

LEI Nº 306/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"Autoriza o Poder Executivo a repassar aos servidores, contratados e conveniados os valores provenientes da União com intuito de complementar os recursos municipais previstos em orçamento para pagar o piso salarial dos profissionais da enfermagem, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar aos seus servidores, contratados e conveniados os valores provenientes da União com intuito de complementar os recursos municipais previstos em orçamento e pagar o piso salarial dos profissionais da enfermagem, obedecendo ao disposto na Lei Federal no 14.434, de 04 de agosto de 2022 e Emenda Constitucional no 127, de 22 de dezembro de 2022, conforme Portaria GM/MS no 1.135, de 16 de agosto de 2023, decorrente de interpretação do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º - Para efeitos desta lei, consideram-se profissionais da enfermagem aqueles que exercem as atividades de Enfermagem, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira.

§ 2º - Fica vinculado o pagamento do incentivo financeiro criado no caput do art. 1º, desta Lei Municipal, à liberação dos recursos pelo Ministério da Saúde.

§ 3º - Caso haja diferenças a compensar, o "acerto de contas" ocorrerá, após os créditos das transferências da assistência financeira complementar.

§ 4º - Caso haja a suspensão e/ou extinção da assistência financeira, por parte da União, fica o município desobrigado do pagamento do incentivo criado no caput do art. 1º, desta Lei Municipal, destinado ao complemento do Piso Nacional da Enfermagem.

§ 5º - A compensação descrita no caput do art. 1º, desta Lei Municipal é destinada aos profissionais com jornada de 40 horas semanais, sendo devido aos profissionais com jornada de 20 horas semanais o correspondente a 50% do valor pago aos profissionais com jornada de 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, a abrir e/ou criar no Orçamento vigente créditos adicionais, no montante necessário à adequação e aplicação, desta Lei Municipal.

Art. 3º - Constitui recursos para a execução desta Lei, o excesso de arrecadação das transferências da União, a título de assistência financeira complementar, destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, de que trata a Lei no 14.434/2022.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, caso seja necessário o crédito acima até o limite estabelecido na LOA/2023.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ/PI,
20 de setembro de 2023.

JOSIMAR JOAO DE
OLIVEIRA:65464222391

Assinado de forma digital por
JOSIMAR JOAO DE
OLIVEIRA:65464222391
Dados: 2023.09.20 12:14:53 -03'00'

Josimar João de Oliveira
Prefeito Municipal
CPF:654.642.223-91

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei, no Gabinete do Prefeito de São Francisco de Assis do Piauí, aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.